

O teatro da diplomacia

Aquele 15 de janeiro de 1942, uma quinta-feira ensolarada em que a temperatura ficara em torno dos 35 graus, tinha todos os ingredientes de um dia especial. Desde cedo, os arredores do majestoso Palácio Tiradentes, no centro da capital da República, já apresentavam um movimento incomum, com agentes do FBI e da polícia carioca espalhados em pontos estratégicos inspecionando o local. No decorrer da tarde, caminhões e mais caminhões chegavam de fábricas e usinas trazendo centenas de operários empunhando bandeiras nacionais e flâmulas com legendas que reafirmavam o pan-americanismo. Como todos os eventos patrocinados pela ditadura do Estado Novo, a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas (a Conferência dos Chanceleres) precisava da presença das massas, do homem do povo. E povo não faltava. Com o comércio fechado e o trânsito interrompido duas horas antes da abertura solene da conferência, marcada para as 17h30, a avenida Rio Branco, da Cinelândia até as ruas São José, Sete de Setembro e Assembléia, era um mar de gente.

A efervescência daquele momento se completava com a presença de inúmeros jornalistas, das mais diversas procedências, circulando inquietos pelas dependências e imediações do Tiradentes. Havia um leve frisson no ar, e um intenso burburinho brotava em cada esquina da cidade. O Rio de Janeiro se mobilizara como em poucas ocasiões para homenagear as delegações dos 21 países continentais presentes. O interesse era tanto que até alto-falantes foram instalados na entrada do palácio para que o público pudesse ouvir os discursos. O ambiente festivo, contudo, não impediu que aflorassem boatos semeados pela Polícia Política. Falava-se a respeito de uma possível tentativa, por parte de “ele-

mentos esquerdistas”, de provocar agitações — como o quebra-quebra de estabelecimentos comerciais germânicos — para criar um clima que levasse o Brasil a entrar na guerra ao lado dos Estados Unidos. Rumores insinuavam que “com a saída de forças do Brasil para o exterior, teriam os supostos agitadores maiores probabilidades de êxito no desencadeamento da revolução comunista”.¹

Alheio a essas suspeitas, Oswaldo Aranha foi o primeiro a chegar ao Palácio Tiradentes. Ministro das Relações Exteriores, homem de confiança do presidente Getúlio Vargas, ele vivia o ápice da sua carreira política. Desde os tempos da Revolução de 30, embora muitas vezes discordasse de Vargas, Aranha sempre se mostrara um fiel escudeiro.² Dono de oratória sedutora, advogado brilhante, que estudara direito internacional na Universidade de Sorbonne, em Paris, foi o mais importante articulador da conspiração que levara Vargas ao poder. No dia em que eclodiu o movimento golpista, chegou a liderar os ataques aos quartéis que sediavam, em Porto Alegre, o comando do Exército e da Região Militar. Era um homem de sólida formação intelectual e um habilidoso negociador que não teve dúvida, porém, em empunhar um revólver e comandar as invasões que tiveram como saldo a morte de um coronel. Foi também Aranha quem conduziu as conversações para que a junta militar entregasse o governo provisório a Getúlio Vargas.

¹ Documento da Polícia Política do Distrito Federal de 5/1/1942. Rolo 19, fotograma 0920. CPDOC/FGV.

² Segundo Alzira Vargas, a filha mais próxima de Getúlio, em seu livro *Getúlio Vargas, meu Pai*, os dois amigos brigaram e fizeram as pazes diversas vezes, “na verdade se completavam nos defeitos e qualidades”. Na ocasião do golpe do Estado Novo, por exemplo, Aranha chegou a encaminhar por telegrama a Vargas o seu “indeclinável” pedido de exoneração das funções de embaixador do Brasil nos Estados Unidos. Mas pediu que fosse dispensado somente quando chegasse ao Rio, para diminuir o impacto da sua decisão nos Estados Unidos, onde, em Cleveland, acabara de fazer uma palestra condenando os Estados totalitários. O que o incomodava não era tanto o golpe, que julgava necessário, mas sim a constituição, que, segundo ele, “era redigida por um anormal (Francisco Campos, ministro da Justiça), sem princípios, sem normas”. Era a “revogação do Brasil”, pois estabelecia “um regime incompatível com as tradições do país”, diria ainda Aranha. No entanto, depois de muito refletir, percebendo que não teria tanta influência fora do governo, acabou aceitando o convite de Vargas para ser o ministro das Relações Exteriores. Como titular do Itamaraty, teria autoridade para manter o Brasil distante das garras do Eixo e atenuar a influência de Francisco Campos sobre o presidente.

Jamais lhe faltara imaginação e muito menos capacidade de conspirar. No processo revolucionário, durante o levante no município de Princesa, no interior da Paraíba, Aranha recorrera a um engenhoso artifício para que a ordem fosse restabelecida. Como o governo federal proibira o embarque de munição para um estado que fazia parte da aliança contrária aos seus interesses, ele teve a idéia de enviá-la em latas de compotas de ameixas secas e de pêssegos em calda. O plano contara “com a patriótica colaboração dos proprietários da fábrica Leal, Santos & Cia”, que comercializava os produtos desde a capital gaúcha. Com essa munição, recebida de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, João Pessoa — presidente da Paraíba e vice de Getúlio Vargas — impediu que o levante se alastrasse por todo o sertão.

Com esse mesmo espírito arguto, Oswaldo Aranha trabalhava incansavelmente para que o Brasil estreitasse suas relações com os Estados Unidos. Seu empenho era tão grande que a Gestapo chegou a planejar o seu assassinato às vésperas da Conferência dos Chanceleres. Com esse objetivo, enviou clandestinamente ao Brasil um agente chamado Franz Walter Jordan. Considerado um homem bastante perigoso, Jordan chegou à costa brasileira num submarino, sendo posteriormente embarcado no navio mercante *Leck*, de bandeira alemã, que o levou até o porto do Rio de Janeiro. O interesse na eliminação do chanceler brasileiro era tal que Heinrich Himmler, o chefe da polícia secreta do Reich, orientou, pessoalmente, o agente sobre o plano, entregando-lhe em mãos o dinheiro da viagem. Esperava com isso criar um clima de terror de grandes proporções, que evitasse a realização da conferência que certamente iria contrariar os interesses da Alemanha na guerra. Em 10 de janeiro, Getúlio Vargas já reunira seus ministros e comunicara que o Brasil iria alinhar-se aos Estados Unidos; quem não concordasse que pedisse demissão. A perfídia contra Aranha só foi abortada devido às diligências realizadas pela polícia brasileira, em conjunto com o FBI e o Serviço Secreto Inglês, nos dias que antecederam a conferência. Na operação, 36 agentes do Eixo foram identificados e presos, entre eles Franz Walter Jordan.³

³ “Vim ao Brasil mandado pela Gestapo para assassinar o ministro Oswaldo Aranha.” A confissão de Franz Walter Jordan, durante seu julgamento, espantou os ministros do Tribunal de Segurança Nacional. Jordan foi condenado a nove anos de prisão, pena cumprida no presídio da Ilha Grande, no Estado do Rio de Janeiro.

Era a comprovação de que a fama de democrata de Aranha romperia fronteiras. No ministério, era o principal contraponto aos generais Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, e Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra,⁴ que não disfarçavam a admiração pelo modelo autárquico e militarista adotado pelas nações nazi-fascistas. Góes Monteiro era, inclusive, assíduo freqüentador de recepções na embaixada alemã, chegando a ser condecorado por Karl Ritter, representante de Hitler no Brasil até o fim da década de 1930. Por essas e outras, ele foi acusado pelo seu equivalente americano, o general George Marshall, de fazer vista grossa diante das notórias atividades de espões nazistas que agiam livremente no Brasil. Dutra, por sua vez, havia atuado intensamente na violenta repressão à chamada Intentona Comunista, que levou à prisão Luís Carlos Prestes.

Apesar das afinidades — segundo Prestes, se gabavam de ser “os prussianos das Américas” —, os dois homens fortes do Exército tinham estilos bem distintos. Enquanto Góes Monteiro era espalhafatoso — gostava de aparecer no Palácio Guanabara em trajes civis, geralmente um terno de linho branco amassado, gravata desamarrada e chapéu-panamá —, Dutra era mais sóbrio — intelectualmente limitado, mas determinado no trato político.

Naquele momento, o embate ideológico travado no núcleo do governo começava a pender irreversivelmente para o lado de Aranha. Embora toda a estrutura do governo Vargas fosse calcada em princípios totalitários, e o presidente muitas vezes em seus discursos tivesse endossado tais teorias, apoiando investidas beligerantes da Alemanha e chamando a atenção para a fraqueza das democracias liberais, os últimos acontecimentos favoreciam a argumentação do chanceler.

⁴ Dutra e Góes Monteiro foram próceres do golpe do Estado Novo (1937), dando sustentação para que Getúlio Vargas implementasse medidas antidemocráticas (fechamento do congresso, perseguições políticas, censura à imprensa, entre outras) que aproximaram a estrutura do regime brasileiro de doutrinas totalitárias semelhantes às que caracterizavam tanto o governo fascista de Mussolini como o nazista de Hitler. Como ocorreram sucessivos expurgos entre os militares desde a Revolução Constitucionalista de 1932, a unificação das Forças Armadas ainda era um fenômeno recente, o que tornava conveniente ter um civil no poder. Do contrário, poderia acontecer uma fragmentação nos quartéis, o que não interessava nem a Dutra nem a Góes Monteiro.

Recebido por Lourival Fontes, diretor-geral do Departamento de Imprensa e Propaganda — o DIP⁵ —, Oswaldo Aranha subiu as escadarias do Tiradentes sensibilizado pela ovação entusiasmada. Depois foi a vez de o subsecretário de Estado norte-americano, o elegante e longilíneo Sumner Welles, experimentar o calor dos aplausos da platéia que, pacificamente, se acotovelava atrás do cordão de isolamento. O aceno espontâneo e o sorriso, que alargava levemente o rosto afilado, revelavam um dos traços mais marcantes da personalidade carismática de Welles: a simpatia. Doutor em leis pela Universidade de Columbia, tendo estudado também em Harvard, fora, em 1940, o emissário enviado pelo presidente Franklin Roosevelt aos países europeus em guerra. Conhecia bem os efeitos do conflito que se alastrava inexoravelmente — para os Estados Unidos, em particular, depois do ataque japonês à base de Pearl Harbor, ocorrido havia pouco mais de um mês. E aquela não fora a primeira vez que Welles percebera que era bem-vindo. Na sua chegada, no aeroporto Santos Dumont, a bordo do quadrimotor anfíbio *Yankee Clipper*, considerado na época o maior avião comercial do mundo, os cariocas também o cobriram de reverências. Era o reconhecimento por Welles, firmemente, “preconizar que os Estados Unidos baseassem suas relações com a América Latina na mais completa igualdade”.⁶

A presença de Sumner Welles no Brasil dava bem a medida da importância da conferência. Os rumos da política de um continente inteiro em relação à Segunda Guerra Mundial estavam por ser definidos e isso criava um ambiente de angustiante incerteza. Além da prisão de um agente que pretendia matar Oswaldo Aranha, uma nota da embaixada americana falava da possibilidade de outros atos de sabotagem e de um ataque ao Nordeste, que poderia acontecer “dentro de um mês”. A 7ª Região Militar chegou a solicitar ao Alto-Comando do Exército os meios para fazer a devida proteção da área. Esse era o panorama do en-

⁵ Esse talvez fosse o departamento mais importante na estrutura do Estado Novo. Além de exercer o controle sobre todos os veículos de comunicação, tinha a função de trabalhar na construção da imagem do presidente da República, associando-a às realizações do governo.

⁶ *Diário Carioca* — 15 de janeiro de 1942.

contro que transformara o coração da capital da República, segundo o *Diário Carioca*, “no centro das atenções do mundo”.

Somente quando todos os ministros já se encontravam em seus assentos, exatamente às 17h25, o presidente Getúlio Vargas deixou o Palácio Guanabara para o importante compromisso no Tiradentes. Acompanhado por membros da Casa Civil e Militar, desfrutou de “manifestações de apreço” do povo ao percorrer em carro aberto a rua Paissandu e todo o trecho da Praia do Flamengo até a altura da avenida Rio Branco. No percurso não foram gastos mais de vinte minutos. Às 17h45, Vargas chegava ao plenário do palácio, onde pôde testar outra vez sua popularidade. Assim que entrou no recinto, trajando um elegante terno branco, as tribunas e galerias lotadas pela elite estado-novista vibraram com as palmas calorosas, que, segundo o *Correio da Manhã*, “se prolongaram por cinco minutos”. À sua direita estava o interventor do Estado do Rio de Janeiro, Ernani do Amaral Peixoto, casado com a sua filha Alzira, e à esquerda os chefes do Estado-Maior do Exército e o Cardeal Dom Sebastião Leme. Ao receber a palavra de Oswaldo Aranha, que abriu a Conferência dos Chanceleres, Vargas discursou:

“É propósito dos brasileiros defender, palmo a palmo, o próprio território contra quaisquer incursões e não permitir que possam suas terras e águas servir de ponte de apoio para o assalto às nações irmãs. Não mediremos sacrifício para a defesa coletiva (...) Nenhuma medida deixará de ser tomada a fim de evitar que, porta adentro, inimigos ostensivos ou dissimulados se abriguem e venham a causar dano, ou pôr em perigo a segurança das Américas.”⁷

Depois de falar, Vargas agradeceu as manifestações de apoio, recolheu os óculos e afastou-se. Ao sucedê-lo na tribuna, Sumner Welles referendou-lhe as palavras. E foi mais longe:

“Aprendemos pela experiência trágica (...) que todas as normas da decência e do direito internacional sobre as quais repousavam as esperanças de um mundo pacífico (...) foram totalmente ignoradas por Hitler e por seus satélites desprezíveis. O meu governo julga que devemos desde já começar a executar planos vitais para a defesa humana do

⁷ *Correio da Manhã* — 15 de janeiro de 1942.

hemisfério (...) Mais vale a um povo combater gloriosamente para salvar a sua independência; mais vale a morte na batalha para salvar a liberdade que agarrar-se aos farrapos do falso ideal de uma neutralidade ilusória.”⁸

Era evidente que a posição do Brasil diante da Segunda Guerra Mundial mudaria drasticamente. As conseqüências dessa decisão logo seriam sentidas:

“Estamos irreversivelmente colocando em prática o pan-americanismo”,⁹ diria Oswaldo Aranha em transmissão radiofônica aos Estados Unidos.

Como presidente da conferência, eleito por aclamação, Aranha já afirmara, no início dos trabalhos, que “o pan-americanismo nunca foi um fim continental, mas um todo político; um meio de atingir finalidades mais amplas, porque universais”.

A partir dali, o Brasil não mais poderia praticar plenamente a neutralidade fixada através dos Decretos n. 4.623 e 4.624, de 5 de setembro de 1939, assinados poucos dias depois da eclosão do conflito. Desde então, o mundo vivia estremeado por uma forte turbulência em matéria de política internacional, e Vargas, como um bom jogador, se aproveitara disso para obter vantagens comerciais. Adotava, pragmaticamente, uma postura pendular, ora dando sinais de aproximação com a Alemanha nazista, ora com os Estados Unidos.

Com o acirramento das hostilidades e a interrupção do comércio marítimo com a Europa, causados pelo bloqueio naval inglês, esse malabarismo estava chegando ao fim. Vargas percebia que o melhor a fazer era bandear-se para o lado dos norte-americanos. Além de tudo, sentia-se pressionado. Em 10 de dezembro de 1941, três dias depois do ataque surpresa a Pearl Harbor, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Cordell Hull, ao solicitar a convocação em caráter de urgência da Conferência dos Chanceleres, rechaçara a oferta do Chile de sediar o encontro e confirmara que o Brasil, como estava previsto desde a última reunião em Havana, teria tal privilégio.

⁸ *Correio da Manhã* — 15 de janeiro de 1942.

⁹ *Idem.*

Àquela altura, as peças do tabuleiro de xadrez da política mundial se mexiam freneticamente. A agressão japonesa aos Estados Unidos, engendrada pelo almirante Isoruku Yamamoto, gerou uma avalanche de declarações de solidariedade. Em 8 de dezembro, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Haiti, São Domingos e Panamá também entraram na guerra contra o Japão. O Peru ofereceu colaboração aos americanos no que fosse preciso — com sua costa toda voltada para o Pacífico era um país estrategicamente importante. Já Bélgica, Colômbia, Egito e Grécia rompiam relações diplomáticas com os japoneses. Ainda no dia 8, Vargas convocou o ministério e anunciou solidariedade aos Estados Unidos. O governo venezuelano acompanhou a decisão brasileira. No dia seguinte, foi a vez da Costa Rica declarar guerra ao Japão. Dia 10, Cuba fez o mesmo. No dia 11, Alemanha e Itália declararam guerra aos Estados Unidos. Solidário, o governo mexicano rompia também relações diplomáticas com a Alemanha e Itália. Ainda procurando não se expor, o Brasil, no dia 17, declarava-se oficialmente neutro, tanto no que dizia respeito à guerra entre os países europeus como a que envolvia o Japão.

Era um panorama que fazia com que os americanos não tivessem dúvidas: apesar das diversas manifestações de solidariedade, para resistir a qualquer ameaça de agressão, estava na hora de promover uma unidade continental. Daí, a rapidez com que Cordell Hull articulou a reunião no Rio de Janeiro.

Não era preciso possuir a sagacidade de um Oswaldo Aranha para imaginar as razões que levaram os Estados Unidos a proporem a capital brasileira como sede do encontro dos ministros. Pela extensão de suas terras, o Brasil se tornava estrategicamente vital para a defesa da América, num momento em que o marechal Henri Phillippe Pétain, Chefe de Estado da França não-ocupada, de influência nazista, havia autorizado a utilização por parte dos alemães das instalações aéreas e portuárias de Dacar, no Senegal, ponto mais ocidental da África. A distância relativamente curta dali até o chamado Saliente Nordeste, considerado a chave da defesa atlântica do continente — 1.600 milhas que poderiam ser percorridas em oito horas de vôo —, acentuava as preocupações americanas. A fixação de uma cabeça-de-ponte na região poderia, através de incursões pelo Caribe e Panamá, encontrar nos Estados Unidos pontos

de vulnerabilidade, já que o patrulhamento daquela área ainda não era o mais adequado.

Por outro lado, a partir do território brasileiro, aviões aliados estariam a um passo dos combates. Em 1943, o aeroporto de Natal se transformaria no mais movimentado do mundo com cerca de seiscentas operações de pouso e decolagem por dia, num fluxo contínuo de recursos e soldados para as bases aliadas na Europa e África. Essas condições, somadas às riquezas naturais de nosso solo, conferiam ao país um peso que o credenciava a liderar as demais nações da América do Sul. Não havia hipótese de os Estados Unidos admitirem o Brasil dominado pela Alemanha nazista e se cogitava, caso a diplomacia falhasse, a invasão do Nordeste por um grande contingente do Exército norte-americano.

Uma carta do embaixador americano Jefferson Caffery, datada de fevereiro de 1942, solicitando ao presidente Vargas autorização para que técnicos americanos fossem enviados ao Nordeste, dava a dimensão do quanto os Estados Unidos consideravam importante a ocupação da região:

“É desnecessário lembrar a Vossa Excelência da crescente importância da travessia rápida de um grande número de nossos aviões para as frentes de batalha na África e no Oriente, onde são necessitados com mais urgência. De fato, a chegada rápida desses aviões naqueles setores tem uma influência direta nas operações militares atuais, bem como no resultado final da guerra. Resultado este que afeta diretamente o país de Vossa Excelência assim como os Estados Unidos. O presidente me pediu para expor o problema com toda a franqueza e confia que Vossa Excelência não hesitará em prestar a cooperação solicitada, uma vez que (...) torna-se, em todo o sentido, essencial para alcançarmos a vitória sobre o Eixo.”¹⁰

A conjunção desses fatores finalmente obrigava o governo brasileiro a abandonar a postura ambígua dos últimos tempos. Uma postura que muitas vezes criava situações embaraçosas. No auge do avanço das forças nazistas, em meados de 1940, Vargas confabulava secretamente com o embaixador alemão Curt Pruefer no Palácio Guanabara quando foi avisado por um oficial de gabinete que o ministro Oswaldo Aranha

¹⁰ 1942 — *Guerra no Continente*. Hélio Silva. Civilização Brasileira, 1972.

acabara de chegar. Mesmo desconcertado diante da surpresa, o presidente não titubeou em “convidar” Pruefer a se retirar pela porta dos fundos. Não queria que seu companheiro de lutas, então já trabalhando por uma aproximação com os Estados Unidos, o flagrasse em um insondável encontro clandestino com um representante do Eixo.¹¹

Impelido a se alinhar aos norte-americanos, Vargas pelo menos via com bons olhos a figura de Franklin Roosevelt. Na posse do seu terceiro mandato (1941-45), o presidente dos Estados Unidos reafirmara sua política de boa vizinhança:¹²

“Eu me empenharei no estabelecimento de respeito aos nossos vizinhos (...) Bons vizinhos devem cumprir acordos e respeitar tratados.”¹³

Além disso, Roosevelt sabia como poucos ser agradável. Chegou a enviar ao Rio de Janeiro um escultor especialmente para fazer um busto de Vargas. E mais: em 1936, quando visitou o Brasil, encantou a todos ao relembrar, na abertura de seu discurso, durante um banquete oferecido pelo governo brasileiro, o quanto lhe trouxe alegria ter sido apresentado, ainda menino, em Paris, a Dom Pedro II, um símbolo da nossa nacionalidade. Na ocasião, Vargas não lhe poupou elogios:

“O homem (...) é de uma simpatia irradiante, de um idealismo pacifista sincero, e o próprio defeito físico (resultante de uma poliomielite que contraiu aos 39 anos), que o torna um enfermo de corpo, aperfeiçoa-lhe as qualidades morais e aumenta o interesse por sua pessoa. É um orador claro, simples, cheio de imaginação (...) Mostrou-se muito

¹¹ O episódio na época foi relatado à chancelaria da embaixada alemã e consta em documento apreendido no fim da guerra. Hoje se encontra no National Archives and Record Center, em Washington.

¹² Desde 1933, por iniciativa do democrata Franklin Roosevelt, que acabara de assumir o governo, depois de uma sucessão de presidentes republicanos, os Estados Unidos mudaram a sua forma de se relacionar com os países latino-americanos. Para resolver conflitos, em vez de canhões e fuzileiros, era utilizado o diálogo, a diplomacia. Com isso, acabou por se incrementar um intercâmbio também cultural. Nessa época, Carmem Miranda fazia sucesso nos Estados Unidos e artistas americanos, freqüentemente, visitavam o Brasil. Era uma forma também de combater a influência européia nos países da América Latina, principalmente num momento em que emergiam no Velho Continente governos totalitários com políticas expansionistas, como as que empreendiam a Alemanha e a Itália.

¹³ *O Imperialismo Sedutor — A Americanização do Brasil na Época da Segunda Guerra Mundial*. Antonio Pedro Tota. Companhia das Letras, 2001.

interessado em ajudar o Brasil na solução dos problemas de sua defesa militar e econômica.”¹⁴

Coincidentemente, Vargas perderia o filho mais novo, Getúlio Vargas Filho, vítima também de poliomielite. Ele tinha 26 anos e morreu enquanto o presidente brasileiro, em 1943, tinha um encontro histórico com Franklin Roosevelt na base militar de Parnamirim, em Natal.

¹⁴ Perfis Brasileiros. *Getúlio Vargas*. Boris Fausto. Companhia das Letras, 2006.